

Avaliação Formativa na Educação Infantil: percursos, desafios e possibilidades para o desenvolvimento integral

Formative Assessment in Early Childhood Education: Paths, Challenges, and Possibilities for Holistic Development

Evaluación formativa en la educación infantil: caminos, desafíos y posibilidades para el desarrollo integral

Caio Cesar Silva Nascimento^{1*}, Maria Josemeire Evangelista Lima^{2**}, Ana Karoline Cardoso Melo^{3***}

Resumo

O artigo aborda a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, com ênfase na perspectiva formativa e em sua relevância para o desenvolvimento integral das crianças. O objetivo geral consiste em analisar os fundamentos teóricos da avaliação nessa etapa e sua articulação com os documentos legais que orientam a educação brasileira. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão crítica da literatura e análise documental de marcos normativos, como a legislação educacional e diretrizes curriculares. Os resultados evidenciam que a avaliação formativa se configura como um processo contínuo, sensível e reflexivo, centrado na observação, escuta e documentação pedagógica, em contraposição a práticas classificatórias. As discussões apontam desafios para sua efetivação, como fragilidades na formação docente, permanência de concepções tradicionais e limitações nas condições de trabalho. Conclui-se que a avaliação, quando orientada por uma perspectiva formativa, contribui para a qualificação das práticas pedagógicas, favorece o planejamento de intervenções mais significativas e fortalece uma cultura avaliativa ética, inclusiva e comprometida com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Avaliação Formativa; Educação Infantil; Avaliação da Aprendizagem.

Abstract

This article addresses learning assessment in early childhood education, emphasizing the formative perspective and its relevance to the integral development of children. The general objective is to analyze the theoretical foundations of assessment at this stage and its articulation with the legal documents that guide Brazilian education. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, based on a critical review of the literature and documentary analysis of normative frameworks, such as educational legislation and curricular guidelines. The results show that formative assessment is configured as a continuous, sensitive, and reflective process, centered

^{1*} Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. R. Antônio Augusto, 575 – Meireles, Fortaleza - CE, 60110-370. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5294-4359> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3582026215688994>.

E-mail: caionasser1@gmail.com.

^{2**} Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação Profissional do Tecnológica (IFCE). Professora temporária da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Crateús, Ceará, Brasil. R. José Ribamar Teixeira, 126, Ipueiras - CE, 62.230-000. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6732-0226> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7949762886101507>.

E-mail: josemeire.lima@uece.br.

^{3***} Pedagoga – Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora efetiva da Rede Pública do Município de Ipaporanga, Ceará, Brasil. São José, s/n - Zona Rural - Ipaporanga - CE, 62215-000. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9150-5834> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9687412348420581>.

E-mail: anameloo34@gmail.com.



on observation, listening, and pedagogical documentation, in contrast to classificatory practices. The discussions point to challenges for its implementation, such as weaknesses in teacher training, the persistence of traditional conceptions, and limitations in working conditions. It is concluded that assessment, when guided by a formative perspective, contributes to the qualification of pedagogical practices, favors the planning of more meaningful interventions, and strengthens an ethical, inclusive evaluative culture committed to the learning and development rights of children

Keywords: Formative Assessment; Early Childhood Education; Learning Assessment.

Resumen

El artículo aborda la evaluación del aprendizaje en Educación Infantil, con énfasis en la perspectiva formativa y su relevancia para el desarrollo integral de los niños. El objetivo general es analizar los fundamentos teóricos de la evaluación en esta etapa y su articulación con los documentos legales que guían la educación brasileña. Metodológicamente, el estudio adopta un enfoque cualitativo, basado en una revisión crítica de la literatura y el análisis documental de marcos normativos, como la legislación educativa y las directrices curriculares. Los resultados muestran que la evaluación formativa es un proceso continuo, sensible y reflexivo, centrado en la observación, la escucha y la documentación pedagógica, frente a prácticas clasificatorias. Las discusiones señalan desafíos para su implementación, como debilidades en la formación de docentes, la persistencia de concepciones tradicionales y limitaciones en las condiciones de trabajo. Se concluye que la evaluación, guiada por una perspectiva formativa, contribuye a la calificación de las prácticas pedagógicas, favorece la planificación de intervenciones más significativas y fortalece una cultura de evaluación ética, inclusiva y comprometida con los derechos de los niños al aprendizaje y al desarrollo.

Palabras clave: Evaluación formativa; Educación infantil; Evaluación del aprendizaje.

Introdução

A avaliação constitui-se como um dos elementos centrais do processo educativo, assumindo diferentes sentidos e funções ao longo da história da educação, passando de instrumento classificatório e seletivo a ato inclusivo, que subsidia decisões e distingue práticas, auxiliando na compreensão e transformação do ato de aprender, decorrente do que praticamos criticamente. A avaliação educacional tem se configurado como um processo contínuo e sistemático, que evoluiu ao longo do tempo, assumindo diferentes posturas: ora objetiva, ora subjetiva, ora como práxis.

Para além desses posicionamentos, a avaliação é um processo inerente à ação humana, pois compreende e transforma a forma como o sujeito aprende. Segundo Fernandes (2014), a avaliação, em seu sentido antropológico, transcende as práticas escolares, configurando-se como uma necessidade humana. Ela envolve o processo de produção da existência humana, pois, no momento em que o homem age, ele pode tanto errar quanto acertar. Essa incerteza, ao não estar posta como definida, abre a oportunidade de aprender, colaborando com o desejo humano de saber mais, ser mais e evoluir a cada dia. Nesse mesmo sentido, Luckesi (2011) traduz a avaliação como algo que manifesta o saber vivenciado, aquele que se vive e que reage às relações dos sujeitos em sua totalidade, expressando os valores que cada um adota ao tomar suas decisões, posicionando-se positiva ou negativamente. Essas tomadas de decisões, ainda

segundo Luckesi (2011), subsidiam a ação pedagógica, fazendo com que o professor conheça, acompanhe e possibilite novas situações de aprendizagem em um processo avaliativo que constrói e se constrói pelo sujeito, formando-o.

Hoffmann (2012) aborda esse processo formativo promovido pela avaliação como uma junção de procedimentos didáticos que ancoram progressivamente a melhora do aluno, considerando suas vivências, valores e singularidades. Exige o reconhecimento da criança, no caso específico do nosso estudo, como ser histórico e social, que, como sujeito aprendente, constrói o seu conhecimento e deve ser observada atentamente, a partir das concepções de desenvolvimento infantil, no intuito de ter suas necessidades atendidas.

Assim, ao tratarmos da Educação Infantil, etapa que inaugura o percurso escolar da criança e se configura como base para o seu desenvolvimento integral, buscamos compreender a avaliação da aprendizagem para além de um mero instrumento de mensuração de resultados. No contexto contemporâneo, essa perspectiva torna-se um desafio necessário em função das especificidades que a avaliação na Educação Infantil possui. Nessa fase, a avaliação deve estar associada ao acompanhamento sensível, contínuo e reflexivo das experiências vividas pelas crianças em seus múltiplos processos de aprendizagem, interação e construção de sentidos sobre o mundo.

A Educação Infantil, reconhecida legalmente como a primeira etapa da Educação Básica, possui especificidades que exigem uma concepção avaliativa própria, distinta das práticas tradicionalmente adotadas em níveis posteriores de escolarização. Trata-se de um período marcado por intensas transformações nos aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e culturais das crianças, em que o aprender ocorre principalmente por meio das brincadeiras, interações e experiências significativas. Dessa forma, avaliar crianças pequenas requer um olhar atento às singularidades, aos ritmos individuais e às formas diversas de expressão infantil, afastando-se de práticas classificatórias, seletivas ou punitivas.

Hoffmann e Luckesi defendem que avaliar implica acompanhar processos, compreender trajetórias e intervir pedagogicamente de forma intencional. Na Educação Infantil, essa concepção se traduz em práticas avaliativas fundamentadas na observação sensível, na escuta atenta, na documentação pedagógica e na reflexão constante sobre o cotidiano das crianças. Avaliar, portanto, deixa de ser um ato isolado para se constituir como um movimento contínuo de ação-reflexão-ação, no qual o professor assume papel ativo na promoção das aprendizagens.

Nesse cenário, a avaliação formativa, também denominada por alguns autores como avaliação mediadora, apresenta-se como uma abordagem pedagógica que privilegia o acompanhamento processual do desenvolvimento da criança, valorizando suas conquistas, hipóteses, tentativas e avanços, sem a intenção de julgar ou rotular. Conforme defendido por Hoffmann (2024), avaliar na Educação Infantil não significa medir desempenhos, mas compreender o percurso vivido pela criança em sua relação com o conhecimento, com o outro e consigo mesma. Assim, a avaliação assume um caráter ético, inclusivo e comprometido com o desenvolvimento integral.

A relevância da temática da avaliação formativa na Educação Infantil também se evidencia nos documentos legais que orientam a educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) estabelece que, nessa etapa, a avaliação deve ocorrer mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem objetivo de promoção ou retenção. De modo complementar, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam a necessidade de práticas avaliativas contínuas, qualitativas e contextualizadas, fundamentadas na observação das interações e brincadeiras, e articuladas aos campos de experiências.

Apesar dos avanços normativos e teóricos, a efetivação da avaliação formativa na prática pedagógica cotidiana ainda enfrenta inúmeros desafios. Entre eles, destacam-se as fragilidades na formação inicial e continuada dos professores, a permanência de concepções tradicionais de avaliação, a falta de compreensão por parte das famílias e, em alguns contextos, a precarização das condições de trabalho docente e a responsabilização pelos resultados das avaliações externas. Segundo Silva, Oliveira e Oliveira (2025):

A responsabilização dos professores pela garantia dos resultados está diretamente ligada às demandas por significação e formação dos sujeitos. No entanto, os docentes, sobrecarregados por rotinas intensas, enfrentam desafios como salas superlotadas, pais insatisfeitos, falta de materiais e estruturas inadequadas (Silva; Oliveira; Oliveira, 2025, p. 13).

Tais fatores contribuem para inseguranças, dúvidas e práticas avaliativas que, muitas vezes, distanciam-se dos princípios defendidos pelos documentos oficiais e pela literatura especializada.

A escolha por investigar a avaliação formativa na Educação Infantil justifica-se, portanto, pela sua centralidade no processo educativo e pela necessidade de aprofundar reflexões que contribuam para a qualificação das práticas pedagógicas. Este estudo parte do entendimento

de que a avaliação, quando concebida sob uma perspectiva formativa, torna-se um instrumento potente de reflexão sobre a prática docente, possibilitando ao professor reorganizar suas ações pedagógicas, planejar intervenções mais significativas e respeitar as particularidades de cada criança. Avaliar, nesse sentido, implica observar, registrar, interpretar e intervir, em um movimento permanente de ação-reflexão-ação, no qual o professor se reconhece como sujeito corresponsável pelo processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

A importância deste artigo reside, ainda, na contribuição que pode oferecer para o fortalecimento de uma cultura avaliativa mais sensível, humanizada e coerente com os princípios da Educação Infantil. Nesse contexto, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar os fundamentos teóricos da avaliação na Educação Infantil e sua relação com os documentos norteadores dessa etapa, especialmente a LDB, as DCNEI e a BNCC. Para tanto, busca-se compreender como a avaliação formativa é concebida nesses referenciais, quais desafios se apresentam para sua implementação e de que forma essa abordagem pode contribuir para a promoção do desenvolvimento integral da criança.

Ao longo do estudo, pretende-se, por meio de uma revisão crítica da literatura e da análise documental, evidenciar conceitos-chave relacionados à avaliação na Educação Infantil, discutir os instrumentos utilizados no acompanhamento do desenvolvimento infantil e refletir sobre as implicações pedagógicas e legais dessa prática. Espera-se, assim, que a pesquisa possa colaborar para a construção de práticas avaliativas mais conscientes, reflexivas e comprometidas com uma educação infantil de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

Avaliação e prática pedagógica na Educação Infantil

A avaliação, enquanto componente indissociável da prática pedagógica, assume diferentes sentidos conforme a concepção de educação adotada. Na escola a avaliação permeia todo o trabalho pedagógico, seja em atividades comuns de sala de aula, seja em um jogo, em uma prova, na elaboração de portfólios, enfim, em todas as atividades, nas quais se pode observar a participação dos estudantes (Fontenele; Dantes; Nascimento, 2025).

Na Educação Infantil, avaliar não se restringe à verificação de resultados, mas configura-se como um processo contínuo de observação, interpretação e intervenção pedagógica. Conforme aponta Luckesi (2011), a avaliação deve acompanhar permanentemente o processo de ensino e aprendizagem, orientando decisões que favoreçam o desenvolvimento dos educandos.

Na prática pedagógica do professor da Educação Infantil, a avaliação adquire um caráter ainda mais sensível, uma vez que se volta para crianças pequenas em processo intenso de construção de conhecimentos, identidades e relações. Nesse contexto, a avaliação precisa considerar as múltiplas linguagens infantis, as interações, as brincadeiras e as experiências vividas no cotidiano da instituição. Avaliar, portanto, significa compreender como a criança aprende, quais estratégias utiliza, quais dificuldades enfrenta e quais avanços demonstra ao longo do tempo .

Luckesi (2008) alerta para os riscos de uma avaliação de cunho classificatório, que tende a reforçar práticas autoritárias e disciplinadoras, afastando-se de uma educação comprometida com a transformação social. Ao transpor essa crítica para a Educação Infantil, percebe-se que práticas avaliativas baseadas em julgamentos ou comparações podem comprometer o desenvolvimento emocional e a autoestima das crianças. Em contraposição, a avaliação formativa contribui para a construção de um ambiente educativo mais democrático, no qual a criança é reconhecida como sujeito ativo do processo de aprendizagem.

Dessa forma, a prática pedagógica do professor, quando articulada a uma avaliação formativa, torna-se um instrumento de diagnóstico e intervenção. O planejamento, a observação e a avaliação deixam de ser ações isoladas e passam a integrar um movimento contínuo de ação-reflexão-ação, possibilitando ao docente reorganizar suas estratégias pedagógicas de acordo com as necessidades reais das crianças.

Segundo Sousa, Sampaio e Oliveira (2025), o professor se constrói pela influência social, das interações com outros professores e com os alunos. Destaca-se que as experiências práticas são dinâmicas e flexíveis, de tal forma que se articulam entre os tempos e espaços vividos, contextualizando e repensando as práticas quando necessário, por um processo avaliativo da prática pedagógica que se efetiva pela ação-reflexiva do professor, “[...] a autocrítica e a reflexão sobre as próprias ações devem estar constantemente presentes na prática docente, permitindo ao professor identificar o que pode ser melhorado [...]” (Sousa, Sampaio, Oliveira, 2025, p. 14).

O trabalho pedagógico tem na avaliação um importante debate quanto à escolarização das crianças. Por suas especificidades no trabalho com crianças pequenas que exigem uma abordagem particular da avaliação, nessa etapa, ela não se traduz em notas, conceitos ou reprovação, mas no acompanhamento dos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Corroborando com essa ideia, Esteban, Louzada e Fernandes (2021) demonstram que a avaliação se revela como prática significativa, pois considera percepções relevantes na compreensão do processo avaliativo, identifica e reflete sobre os resultados, contribuindo para a tomada de decisões que validam a continuidade da ação docente.

Nesse sentido, a avaliação na Educação Infantil assume uma dimensão investigativa e formativa, articulada ao cotidiano e às experiências das crianças. Mais do que produzir resultados sobre o que foi ou não aprendido, avaliar implica observar, interpretar e problematizar os processos vivenciados, de modo a produzir elementos que orientem as decisões e intervenções do professor. Assim, avaliação, planejamento e prática pedagógica constituem dimensões indissociáveis de um processo contínuo de ação, reflexão e intervenção, no qual o acompanhamento das crianças também possibilita ao professor interrogar e reorganizar sua própria prática. A avaliação deixa de ocupar o lugar de julgamento ou classificação e passa a constituir-se como instrumento de compreensão dos processos infantis e de qualificação da ação pedagógica.

A importância da avaliação formativa na Educação Infantil

Ao conhecermos, somos capazes de reconhecer a importância de algo. Assim, antes de falarmos sobre a importância da avaliação, queremos defini-la, na perspectiva de reconhecer seu valor real. A definição de avaliação formativa apresentada por Perrenoud (1999, p. 187) é aquela que favorece quem aprende e quem ensina, que resulta numa certa regulação das práticas docentes de forma cooperativa, integrada, negociada, diversa e centrada nas propostas educativas, e que “(...) priva definitivamente alguém do poder de classificar, de distinguir, de condenar globalmente em função dos seus desempenhos intelectuais”. Na Educação Infantil, para Hoffmann (2012, p. 82), “avaliar é um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”.

A avaliação formativa destaca-se, na Educação Infantil, por seu compromisso com o acompanhamento processual do desenvolvimento infantil. Diferentemente de modelos avaliativos tradicionais, essa abordagem não busca classificar ou hierarquizar as crianças, mas compreender suas trajetórias de aprendizagem, respeitando ritmos, tempos e singularidades. Hoffmann (2024) defende que avaliar não é julgar, mas acompanhar o percurso de vida da criança considerando as múltiplas dimensões do seu desenvolvimento, através de uma prática

pedagógica mais humana e sensível, rompendo com a lógica do erro como fracasso e passando a compreendê-lo como parte do processo de aprendizagem.

Essa concepção torna-se essencial na Educação Infantil, etapa em que as aprendizagens se constroem por meio das interações, do brincar e das experiências significativas. A avaliação formativa, nesse sentido, permite identificar não apenas o que a criança já sabe, mas também suas hipóteses, tentativas, interesses e potencialidades. Além disso, a avaliação formativa possibilita ao professor oferecer feedbacks qualitativos e construtivos, que valorizam os esforços e as conquistas das crianças, ao mesmo tempo em que apontam caminhos para novos desafios. Essa prática contribui para um aprendizado mais significativo e fortalece a relação entre professor e criança, baseada na confiança, no diálogo e no respeito.

Mesmo diante de sua relevância, a implementação da avaliação formativa na Educação Infantil ainda enfrenta desafios. Entre eles, destacam-se a formação insuficiente dos professores, as condições de trabalho, a sobrecarga burocrática e a persistência de concepções tradicionais de avaliação. Tais fatores evidenciam a necessidade de investimentos em formação continuada e de uma reflexão crítica sobre as práticas avaliativas adotadas nas instituições de Educação Infantil.

Prado e Merli (2018), consideram a avaliação formativa como processual, que não se foca em resultados finais, privilegiando as vivências, pelo uso de instrumentos avaliativos que (re)pensam e (re)dimensionam o trabalho do professor. Esse entendimento revela a importância da avaliação na Educação Infantil ao passo que considera os instrumentos avaliativos da Educação Infantil e suas especificidades, não desconsiderando a sistematização do processo avaliativo, mas, dando a real importância da observação, da escuta e dos registros dos processos vivenciados, reconhecendo a importância do papel da documentação pedagógica.

Avaliação mediadora e instrumentos de acompanhamento

A avaliação mediadora, proposta por Jussara Hoffmann, constitui-se como uma abordagem essencial para a efetivação da avaliação formativa na Educação Infantil. Essa concepção compreende a avaliação como um processo dialógico e interventivo, no qual o professor acompanha o percurso da criança e realiza intervenções pedagógicas que favorecem novas aprendizagens. Avaliar, nessa perspectiva, não é julgar ou classificar, mas mediar, orientar e promover o desenvolvimento.

De acordo com Hoffmann (2024), a avaliação mediadora exige do professor um olhar atento e sensível para as manifestações infantis, reconhecendo que cada criança aprende de forma singular. Na Educação Infantil, essa mediação ocorre principalmente por meio da observação das interações, das brincadeiras, das linguagens expressivas e das experiências vividas pelas crianças no cotidiano da instituição.

Os instrumentos de acompanhamento assumem papel relevante nesse processo, desde que compreendidos como recursos a serviço da prática pedagógica. Registros descritivos, relatórios avaliativos, portfólios, dossiês e registros fotográficos não se configuram como a avaliação em si, mas como meios para documentar, refletir e planejar intervenções pedagógicas. “O registro e a documentação pedagógica, na educação infantil, têm se constituído como instrumentos do trabalho pedagógico” (Figueiredo, 2018, p. 171). Articula o planejamento e a avaliação, por meio do registro diário, evidenciando as relações e vivências com as crianças em um território propício ao pensamento crítico. Em outra instância, a documentação pedagógica redimensiona o registro de memórias e vivências por meio de diferentes mídias (pequenos vídeos, gravações de áudio, desenhos, fotografias, álbuns, entre outras), ampliando o conhecimento e a aprendizagem de crianças e professores. Nessa perspectiva, os registros não constituem apenas instrumentos de armazenamento de informações, mas podem favorecer a reflexão sobre as experiências das crianças e sobre a própria prática pedagógica, conferindo sentido formativo à documentação. Quando utilizados de forma mecânica ou burocrática, perdem seu sentido formativo; contudo, quando analisados criticamente, tornam-se potentes aliados do professor.

Os relatórios descritivos, por exemplo, possibilitam registrar o percurso da criança ao longo do tempo, evidenciando avanços, desafios e interesses. Esses documentos devem refletir a singularidade de cada criança, evitando comparações e rótulos. Já os portfólios permitem visualizar o processo evolutivo das aprendizagens, reunindo produções, registros e narrativas que expressam as experiências vividas pelas crianças.

Os portfólios, por sua vez, configuram-se como instrumentos ricos para a avaliação formativa, pois permitem visualizar o processo evolutivo das crianças ao longo do tempo. Quando construídos de maneira intencional, revelam avanços, desafios e conquistas nas diversas áreas do desenvolvimento, como a oralidade, o movimento, as linguagens artísticas, o brincar e as relações sociais. Dessa forma, a documentação pedagógica fortalece a prática avaliativa e subsidia a construção de experiências educativas mais significativas.

A documentação pedagógica, nesse contexto, fortalece a avaliação mediadora ao tornar visíveis os processos de aprendizagem e ao subsidiar o diálogo entre professores, equipe pedagógica e famílias. Destaca-se que compartilhar registros e reflexões contribui para uma compreensão mais ampla do desenvolvimento infantil e reforça o caráter formativo da avaliação, consolidando-a como prática ética, reflexiva e comprometida com a infância.

Avaliação formativa e os marcos legais da Educação Infantil

A avaliação formativa na Educação Infantil encontra sólido respaldo nos marcos legais que orientam a educação brasileira, os quais reafirmam a criança como sujeito de direitos e a avaliação como um processo contínuo de acompanhamento do desenvolvimento. Conforme discutido nesta pesquisa, esses documentos representam avanços significativos ao romperem, no campo normativo, com práticas avaliativas classificatórias e excludentes, historicamente associadas à cultura escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, em seu artigo 31, que a avaliação na Educação Infantil deve ocorrer por meio do acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. Esse dispositivo legal evidencia que a avaliação nessa etapa não se destina à mensuração de resultados, mas ao acompanhamento dos processos de aprendizagem, alinhando-se diretamente aos princípios da avaliação formativa discutidos ao longo da pesquisa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) aprofundam essa concepção ao definirem a avaliação como um conjunto de procedimentos que envolvem a observação crítica das atividades, das brincadeiras e das interações das crianças no cotidiano institucional. Conforme destacado, as DCNEI reforçam a necessidade de utilização de múltiplos registros, tais como relatórios, portfólios e narrativas pedagógicas, compreendidos como instrumentos de reflexão sobre a prática e não como mecanismos de controle ou classificação.

Outro aspecto relevante das DCNEI refere-se à articulação entre avaliação e proposta pedagógica. O documento orienta que a avaliação esteja integrada ao planejamento e às experiências oferecidas às crianças, respeitando suas singularidades e promovendo a continuidade das aprendizagens. Essa perspectiva evidencia que a avaliação formativa não pode

ser dissociada do currículo, mas deve constituir-se como elemento estruturante da prática pedagógica na Educação Infantil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao organizar a Educação Infantil a partir dos direitos de aprendizagem e dos campos de experiências, também traz implicações importantes para a avaliação. A BNCC propõe uma lógica curricular centrada na criança, nas interações e nas brincadeiras, o que exige práticas avaliativas coerentes com essa concepção. A avaliação, nesse contexto, deve considerar as experiências vividas pelas crianças e os sentidos que atribuem às suas aprendizagens, evitando reduções a listas de habilidades ou indicadores fragmentados. Essa compreensão aponta para os desafios enfrentados pelos professores no cenário atual, marcado pela pressão das avaliações externas. Em consonância com Silva, Oliveira e Oliveira (2025), os mecanismos de controle e padronização geram nos professores e alunos a sensação de desconfiança em sua capacidade técnica. Isso ocorre por meio de práticas pedagógicas que deveriam ser pautadas na reflexão crítica e libertadora, desconsiderando as diretrizes de uma avaliação que permite problematizar esse processo. A avaliação, quando reduzida a procedimentos padronizados e pouco sensíveis às diferenças, pode produzir visibilidades e invisibilidades sobre os sujeitos.

Entretanto, é possível problematizar os desafios relacionados à implementação da BNCC no cotidiano da Educação Infantil. A ênfase em objetivos de aprendizagem pode, em alguns contextos, favorecer interpretações reducionistas e práticas avaliativas padronizadas, distanciando-se da perspectiva formativa. Dessa forma, torna-se fundamental que os professores assumam uma postura crítica na leitura e aplicação do documento, utilizando-o como referência orientadora e não como instrumento de controle. Diante dessas análises, compreende-se que os marcos legais oferecem bases consistentes para a consolidação da avaliação formativa na Educação Infantil, mas sua efetivação depende da intencionalidade pedagógica e da formação dos profissionais que atuam nessa etapa.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, por possibilitar uma compreensão aprofundada dos significados, concepções e práticas relacionadas à avaliação formativa na Educação Infantil. A abordagem qualitativa mostra-se adequada para investigar fenômenos educacionais que envolvem processos, relações e interpretações, considerando o contexto social e pedagógico no qual estão inseridos. Conforme

Minayo (2003), esse tipo de pesquisa aprofunda-se no universo dos significados das ações humanas, permitindo captar dimensões que não podem ser reduzidas a dados quantitativos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o estudo fundamenta-se em dois eixos principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica constituiu-se como etapa inicial e indispensável, possibilitando o levantamento e a análise de produções científicas que abordam a temática da avaliação educacional, com ênfase na avaliação formativa e na Educação Infantil. De acordo com Macedo (1994), esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador conhecer o estado da arte sobre o tema investigado, evitando redundâncias e favorecendo uma fundamentação teórica consistente.

Foram analisadas produções bibliográficas que discutem a avaliação educacional, a avaliação formativa e mediadora e suas especificidades na Educação Infantil. Entre as principais referências examinadas, destacam-se Fernandes (2014), Luckesi (2008; 2011), Hoffmann (2012; 2024) e Perrenoud (1999), cujas contribuições possibilitaram compreender a avaliação como processo contínuo, formativo e articulado à prática pedagógica. Também foram analisados estudos que abordam especificamente a avaliação e a prática pedagógica na Educação Infantil, como Prado e Merli (2018), Figueiredo (2018), Esteban, Louzada e Fernandes (2021), Fontenele, Dantes e Nascimento (2025) e Sousa, Sampaio e Oliveira (2025), além de Silva, Oliveira e Oliveira (2025), cuja discussão contribuiu para a compreensão dos desafios enfrentados pelos docentes no contexto contemporâneo. Essas produções constituíram o referencial bibliográfico utilizado para discutir a avaliação para além da perspectiva classificatória, enfatizando seu caráter processual, mediador, reflexivo e articulado ao acompanhamento do desenvolvimento infantil.

A pesquisa documental, por sua vez, concentrou-se na análise de documentos oficiais que orientam a Educação Infantil no contexto educacional brasileiro. Conforme Lüdke e André (1986), a análise documental constitui-se como uma técnica relevante na pesquisa qualitativa, pois possibilita complementar informações obtidas por outras fontes e revelar aspectos importantes de um determinado fenômeno. Nesse estudo, foram analisados, principalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A LDB foi examinada com o objetivo de compreender os fundamentos legais que asseguram a avaliação na Educação Infantil como um processo de acompanhamento e registro

do desenvolvimento, sem finalidade classificatória ou de promoção. A análise desse documento permitiu identificar como a legislação brasileira respalda a avaliação formativa e qualitativa, alinhada aos princípios do desenvolvimento integral da criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foram analisadas por explicitarem orientações pedagógicas que reforçam a centralidade das interações e das brincadeiras como eixos estruturantes do currículo, bem como a importância da observação crítica e do uso de múltiplos registros no processo avaliativo. Esse documento contribuiu para a compreensão da avaliação como prática pedagógica articulada ao cotidiano da instituição e às experiências vividas pelas crianças.

A Base Nacional Comum Curricular também integrou o corpus documental da pesquisa, sendo analisada a partir de sua proposta para a Educação Infantil, especialmente no que se refere aos direitos de aprendizagem, aos campos de experiências e às orientações sobre acompanhamento do desenvolvimento infantil. Buscou-se refletir criticamente sobre as possibilidades e os limites da BNCC no que diz respeito à implementação da avaliação formativa, considerando tanto suas contribuições quanto os desafios relacionados à padronização e à formação docente.

Os dados provenientes da pesquisa bibliográfica e documental foram analisados de forma interpretativa e articulada, permitindo estabelecer relações entre os referenciais teóricos e os marcos legais. Essa análise possibilitou discutir como a avaliação formativa é concebida no plano teórico e normativo e de que maneira pode se materializar na prática pedagógica da Educação Infantil. A metodologia adotada contribuiu para uma reflexão crítica e fundamentada sobre a avaliação formativa, evidenciando seus desafios, avanços e potencialidades no contexto educacional brasileiro.

Resultados e discussão

A articulação entre a pesquisa bibliográfica e a análise documental nos auxiliou a organizar a análise dos dados, considerando a avaliação e a prática pedagógica na Educação Infantil; a avaliação formativa e seus fundamentos; a avaliação mediadora e instrumentos de acompanhamento; e a avaliação formativa e os marcos legais da Educação Infantil como categorias de análise. Ao longo da pesquisa, a discussão dos resultados possibilitou o estabelecimento de um diálogo entre as fontes, permitindo-nos identificar semelhanças,

conflitos e desafios presentes na relação entre o contexto teórico da avaliação formativa e sua materialização nos documentos que norteiam a Educação Infantil.

A avaliação formativa na Educação Infantil, embora amplamente defendida nos referenciais teóricos e nos documentos normativos, ainda enfrenta desafios significativos para sua efetivação no cotidiano das instituições educativas. Um dos principais entraves refere-se à permanência de concepções tradicionais de avaliação, fortemente marcadas pela lógica classificatória, mesmo em uma etapa da educação que legalmente não admite retenção ou promoção. Essa herança cultural da escola acaba influenciando práticas pedagógicas que, muitas vezes, se distanciam dos princípios formativos e mediadores. As análises das produções nos direcionaram para um ponto comum: a compreensão da avaliação como um processo que se vincula à observação e interpretação contínuas, distanciando-se de concepções focadas na classificação dos resultados.

Essas questões se apoiam na problematização feita por Luckesi (2008), quando este expõe o cunho classificatório da avaliação e como isso está vinculado às práticas pedagógicas, no entanto, Luckesi (2011), também vê como elemento importante nas decisões pedagógicas. Quando o contexto é a Educação infantil, Fontenele, Dantes e Nascimento (2025) se aproximam dessa compreensão, da avaliação como elemento que permeia o trabalho pedagógico em vários âmbitos.

Outro desafio recorrente, diz respeito à formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil. Em muitos casos, os cursos de formação abordam a avaliação de maneira superficial, sem aprofundar suas especificidades no contexto da infância. Essa lacuna formativa dificulta a compreensão da avaliação como processo contínuo e reflexivo, levando os professores a reproduzirem modelos avaliativos baseados apenas no preenchimento de relatórios ou instrumentos burocráticos, esvaziados de intencionalidade pedagógica. As reflexões sobre a formação do professor são corroboradas por Sousa, Sampaio e Oliveira (2025). Ao discutirem a constituição do professor, depreende-se, por meio da análise, que a avaliação formativa necessita da interação entre teoria e prática para interpretar registros, utilizá-los e, assim, reorganizar a prática.

As condições de trabalho também se configuram como um fator limitante para a consolidação da avaliação formativa. A sobrecarga de turmas, o número elevado de crianças por professor, a escassez de tempo para planejamento e reflexão coletiva e a exigência excessiva de registros administrativos comprometem a qualidade do acompanhamento individualizado do desenvolvimento infantil. Esse resultado também dialoga com Silva, Oliveira e Oliveira (2025), que identificam, no contexto contemporâneo, a sobrecarga docente, as turmas numerosas, a insuficiência de materiais e estruturas inadequadas como fatores que interferem no trabalho dos professores. Partindo dessa concepção, compreendemos que esses aspectos estruturais interferem diretamente na possibilidade de o professor observar, registrar e refletir de maneira sensível sobre as aprendizagens das crianças.

Apesar dos desafios, a pesquisa evidencia avanços importantes no campo da avaliação formativa na Educação Infantil. Entre eles, destaca-se o reconhecimento legal da avaliação como processo de acompanhamento do desenvolvimento infantil, presente na LDB, quando estabelece que a “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção” (Brasil, 1996, art. 31). As DCNEI e a BNCC também orientam o acompanhamento das experiências, interações e aprendizagens das crianças, reforçando a necessidade de registros que ajudam na reflexão e no planejamento docente. Esses documentos representam conquistas históricas ao romperem, ao menos no plano normativo, com a lógica classificatória e ao reafirmar a criança como sujeito de direitos.

Outro avanço significativo refere-se à valorização da documentação pedagógica como prática formativa. Relatórios descritivos, portfólios, registros fotográficos e narrativas pedagógicas têm ganhado espaço nas instituições de Educação Infantil, contribuindo para uma avaliação mais qualitativa e processual. Respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que orientam a “utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.)” (Brasil, 2009, art. 10). O uso de diferentes maneiras de acompanhar as experiências e o desenvolvimento das crianças, por meio dos registros, é imposto pela norma.

As discussões promovidas pela análise das referências bibliográficas, nos dizem que quando esses instrumentos são utilizados de forma reflexiva, tornam-se potentes recursos para o planejamento pedagógico, para o diálogo entre professores e para a comunicação com as famílias. Registros, relatórios, portfólios e documentação pedagógica não constituem a avaliação em si, segundo os estudos, mas podem produzir evidências sobre os processos

vivenciados pelas crianças e subsidiar o planejamento e a intervenção docente. Figueiredo (2018, p. 171), que afirma que “o registro e a documentação pedagógica, na educação infantil, têm se constituído como instrumentos do trabalho pedagógico”. Nesse sentido, quando a observação, a interpretação e o planejamento se vinculam à documentação, esses registros assumem caráter formativo.

No que se refere às possibilidades, a avaliação formativa apresenta-se como um caminho promissor para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e coerentes com as especificidades da infância. O investimento em formação continuada, pautada na reflexão sobre a prática, mostra-se fundamental para ressignificar concepções avaliativas e fortalecer o papel do professor como mediador das aprendizagens. Além disso, o trabalho coletivo nas instituições, por meio de estudos, trocas de experiências e planejamento colaborativo, contribui para a consolidação de uma cultura avaliativa mais sensível e comprometida com o desenvolvimento integral.

Destaca-se, ainda, a importância do diálogo com as famílias como possibilidade de fortalecimento da avaliação formativa. Ao compartilhar registros, observações e reflexões sobre o desenvolvimento das crianças, a escola promove maior compreensão sobre o sentido da avaliação e constrói uma relação de parceria, rompendo com expectativas pautadas em modelos avaliativos tradicionais.

A discussão sobre a avaliação formativa na Educação Infantil evidencia um campo permeado por desafios, avanços e possibilidades. Entre os principais desafios, destacam-se a necessidade de formação continuada dos professores, a falta de clareza conceitual sobre avaliação formativa e as condições institucionais que, muitas vezes, dificultam a realização de práticas avaliativas reflexivas.

Por outro lado, observam-se avanços significativos no reconhecimento da avaliação formativa como direito da criança e como princípio orientador da prática pedagógica. A valorização da documentação pedagógica, o fortalecimento das interações e brincadeiras como eixos do currículo e o respaldo dos documentos normativos representam conquistas importantes neste percurso.

As possibilidades de consolidação da avaliação formativa passam, sobretudo, pelo investimento em processos formativos que promovam a reflexão crítica sobre a prática docente, pelo fortalecimento do trabalho coletivo nas instituições e pelo diálogo com as famílias. Ao

reconhecer o professor como protagonista do processo avaliativo e a criança como sujeito de direitos, a avaliação formativa se consolida como um caminho potente para a construção de uma Educação Infantil mais inclusiva, democrática e comprometida com o desenvolvimento integral.

Considerações

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os fundamentos teóricos e legais da avaliação formativa na Educação Infantil, refletindo sobre seus desafios, avanços e possibilidades enquanto prática pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral da criança. À luz das discussões realizadas, foi possível compreender que a avaliação, quando concebida em uma perspectiva formativa e mediadora, constitui-se como elemento central do processo educativo, ultrapassando a lógica classificatória historicamente presente na cultura escolar.

As discussões evidenciaram que a avaliação na Educação Infantil precisa estar intrinsecamente articulada à prática pedagógica do professor, configurando-se como um processo contínuo de observação, registro, reflexão e intervenção. Como analisado, avaliar não se limita a identificar resultados, mas implica compreender trajetórias, reconhecer singularidades e planejar ações pedagógicas que respondam às necessidades reais das crianças. Essa concepção reforça o papel do professor como mediador das aprendizagens e sujeito reflexivo de sua prática.

No que se refere à avaliação formativa e mediadora, destacou-se a relevância dos instrumentos de acompanhamento, como registros descritivos, relatórios e portfólios, entendidos não como fins em si mesmos, mas como recursos que subsidiam a ação pedagógica. As discussões demonstraram que a documentação pedagógica, quando utilizada de forma intencional e reflexiva, favorece a continuidade das aprendizagens, fortalece o olhar sensível sobre a criança e contribui para práticas avaliativas mais coerentes com os princípios da Educação Infantil.

A análise dos marcos legais — LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular — permitiu constatar que a avaliação formativa encontra respaldo normativo, sendo reconhecida como um processo de acompanhamento do desenvolvimento infantil, sem caráter classificatório ou promocional. Contudo, conforme

problematizada nas discussões, a efetivação dessas orientações no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, às condições institucionais e às interpretações reducionistas dos documentos oficiais.

Diante disso, compreende-se que a consolidação da avaliação formativa na Educação Infantil demanda investimentos contínuos em formação inicial e continuada, bem como espaços coletivos de reflexão sobre a prática pedagógica. Além disso, torna-se imprescindível fortalecer o diálogo entre professores, instituições e famílias, de modo a construir uma compreensão compartilhada sobre o sentido da avaliação como processo formativo e promotor do desenvolvimento integral.

Conclui-se, portanto, que a avaliação formativa representa uma possibilidade concreta de ressignificar as práticas avaliativas na Educação Infantil, alinhando-as aos direitos das crianças e aos princípios de uma educação democrática e inclusiva. Ao responder ao objetivo geral da pesquisa, reafirma-se que avaliar, nessa etapa da educação, significa cuidar, acompanhar e promover aprendizagens, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e protagonista de seu próprio desenvolvimento.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999. Diário Oficial da União. Brasília-DF, Mec, 1999.

BRASIL. **Indicadores da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

ESTEBAN, Maria Teresa; LOUZADA, Virgínia; FERNANDES, Ana Cristina Corrêa. Processos avaliativos e docência na Educação Infantil: diálogos cotidianos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e78253, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.78253>.

FERNANDES, Cláudia de O. Avaliação classificatória e excludente e a inversão fetichizada da função social da escola. *In*. FERNANDES, Cláudia de O (Org.). Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da escola. São Paulo: Cortez, 2014. p. 17 - 56.

- FIGUEIREDO, I. C. Marcas dos saberes e fazeres de crianças e professores. *In*. OSTETTO, Luciana Esmeraldo (Org.). Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica. Campinas: Papirus, 2018.
- FONTENELE, G. L. DOS S.; DANTES, O. M. A. N. A.; NASCIMENTO, R. DA V. A relação entre formação continuada e a avaliação formativa. **Revista Educação & Ensino** - ISSN 2594-4444, v. 9, n. 1, 1 fev. 2025.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre; Mediação; 11. ed., 1996.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre; Mediação; 24. ed., 2024.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação**: Mito e desafio: Uma perspectiva construtivista. Porto Alegre. Mediação, 2003.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. Cortez Editora, 2014.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.
- MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre/RS: Artmed, 1999.
- PRADO, Patrícia Dias; MERLI, Angélica de Almeida. AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÕES ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS DOCENTES. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 54, p. 130–147, 2018. DOI: 10.12957/teias.2018.36033. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/36033>. Acesso em: 30 set. 2026.

SILVA, Cristiana Cosme da; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de; OLIVEIRA, Márcia Betânia de. Políticas em rede: investigando as influências presentes na atuação política da BNCC de educação infantil. **Revista Ensino em Debate**, Fortaleza, v. 5, p. e2025037, 2025. DOI: 10.21439/2965-6753.v5.e2025037. Disponível em: <https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/141>. Acesso em: 29 set. 2026.

SOUSA, Jocicleudo de Lima; SAMPAIO, Camila Freire; OLIVEIRA, João Paulo de. Ser professor de Geografia: contribuições do Programa Residência Pedagógica para a construção da identidade docente. **Revista Ensino em Debate**, Fortaleza, v. 6, e2025010, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21439/2965-6753.v6.e2025010>. Disponível em: <https://revistarede.ifce.edu.br/ojs/index.php/rede/article/view/100>. Acesso em: 29 set. 2026.

Submetido em 22 de junho de 2026.

Aceito em 17 de setembro de 2026.

Publicado em 11 de outubro de 2026.